

c) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;

d) Declaração actualizada e autenticada, emitida pelo respectivo serviço, comprovativo da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na Administração Pública e a especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa.

9.2 — A não apresentação dos documentos solicitados no ponto 8.1 do presente aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

9.3 — Os candidatos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ourique são dispensados de apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem dos respectivos processos individuais.

10 — Composição do júri:

Presidente do Júri: Florbela Coelho Pereira Martins — Vereadora; Vogais efectivos:

1.º vogal — Maria Luísa da Silva Lança — Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo;

2.º vogal — Vitorino Batista Marques Pereira — Encarregado Geral;

Vogais suplentes:

1.º vogal — Maria de Lourdes Guerreiro Lourenço da Silva Barbio — Chefe da Secção de Pessoal;

2.º vogal — Patrícia Coelho Costa Raio — Arquitecta de 1.ª classe.

O Presidente do Júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º Vogal Efectivo Maria Luísa da Silva Lança.

11 — Métodos de selecção: A selecção dos candidatos será constituída por:

— Entrevista profissional de selecção (EPS);

— Avaliação Curricular (AC).

11.1 — A entrevista profissional de selecção, que terá a duração máxima de quinze minutos, tem por fim avaliar, numa relação interpessoal, de forma objectiva e sistémica, as aptidões pessoais e profissionais dos candidatos para o lugar a concurso.

11.2 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, em que serão considerados e ponderados os seguintes factores: habilitações literárias, formação profissional, experiência profissional e classificação de serviço.

12 — Classificação final: A classificação final resultará da média ponderada da classificação obtida nos métodos de selecção, expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

13 — Critérios de apreciação e ponderação: Os critérios de apreciação e ponderação da entrevista profissional de selecção e da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

14 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão afixadas no Edifício dos Paços do Município.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

18 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo*.

2611083186

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Aviso n.º 2600/2008

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho n.º 205/2007, de 11 de Dezembro de 2007, no uso da competência definida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, e ao abrigo do disposto na alínea *e*) do artigo 2 e artigo 5 do Decreto-Lei n.º 218/2000 de 9 de Setembro, foi autorizada a reclassificação do funcionário Alfredo Manuel Branquinho Pinheiro, para a categoria de Técnico Superior de Gestão Autárquica de 2.ª classe, posicionado no escalão 1, índice 400.

O candidato deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias, a contar da publicação do aviso no *Diário da República*, sendo que nos termos do despacho esta reclassificação se reporta à data de 12 de Dezembro de 2006.

21 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611083177

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

Aviso n.º 2601/2008

Nos termos e para os efeitos do n.º 5, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, torna-se público que, por despacho de 3 de Dezembro de 2007, se procedeu à reclassificação profissional dos funcionários deste Município, Maria de Fátima Antunes Lopes, para a carreira/categoria de Auxiliar Técnico de Museografia, Joaquim Moreira dos Santos, para a carreira/categoria de Fiel Mercados e Feiras e, Maria Conceição Mendes, para a carreira/categoria de Auxiliar Acção Educativa, nível 1, nomeados desde 1 de Junho de 2007, em comissão de serviço extraordinária, atenta a faculdade decorrente da alínea *a*), do n.º 2, do artigo 128.º, do Código do Procedimento Administrativo.

As presentes reclassificações não carecem de Visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1, do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1, do artigo 114.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

16 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.

2611083202

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO SANTO

Aviso n.º 2602/2008

Para os devidos efeitos torna-se público, que, por meu despacho, de 21 de Janeiro de 2008, no uso da competência que me confere o disposto no artigo 68.º, n.º 2, alínea *a*) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei, por transferência, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para lugar da categoria de cantoneiro de limpeza do quadro de pessoal do Município do Porto Santo, o funcionário Manuel Abreu Agostinho, oriundo do quadro de pessoal do Município do Funchal, onde detinha a mesma categoria, que ficará posicionado no escalão 2, índice 165 do novo sistema retributivo.

O interessado dispõe do prazo de 20 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para aceitação da respectiva nomeação, de conformidade com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26-8.)

22 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Roberto Paulo Cardoso da Silva*.

2611083287

CÂMARA MUNICIPAL DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Aviso n.º 2603/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de Técnico Superior de 2.ª Classe — Estagiário (Comunicação Social)

Torna-se público que na sequência da realização do concurso público em epígrafe, aberto mediante aviso publicado no *Diário da República* n.º 72, 2.ª Série, em 12 de Abril de 2007, ficou celebrado, nesta data, um Contrato Administrativo de Provimento com Carlos Manuel Cunha Pereira Martins Barão, para frequência de estágio probatório de ingresso na carreira de Técnico Superior, em harmonia ao preceituado, designadamente, na alínea *a*), do n.º 2 do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e no artigo 5º,

do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho. O Contrato Administrativo de Provisão, em apreço, está isento de Visto do Tribunal de Contas, produzindo efeitos de direito no dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

16 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Victor Manuel Barão Martelo*.

2611083216

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Edital n.º 113/2008

Ana Cristina Figueiredo e Silva, Dr.ª, Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Torna público que a Assembleia Municipal de Rio Maior, em sessão de 20 de Dezembro de 2007, aprovou o Regulamento de Medalhas Honoríficas oportunamente aprovado na reunião de Câmara do dia 28 de Novembro de 2007, após terem sido cumpridas as formalidades legais do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

Mais se informa que é feita a publicitação do referido Regulamento, nos termos e para os efeitos legais.

26 de Dezembro de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Ana Cristina Figueiredo e Silva*.

2611083227

Edital n.º 114/2008

Ana Cristina Figueiredo e Silva, DR.ª, Vice-Presidente da Câmara Municipal

Torna público que a Assembleia Municipal de Rio Maior, em sessão de 20 de Dezembro de 2007, aprovou o Regulamento do Cine-Teatro Municipal, oportunamente aprovado na reunião de Câmara do dia 28 de Novembro de 2007, após terem sido cumpridas as formalidades legais do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

Mais se informa que é feita a publicitação do referido Regulamento, nos termos e para os efeitos legais.

26 de Dezembro de 2007. — A Vice-Presidente da Câmara, *Ana Cristina Figueiredo e Silva*.

2611083230

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Aviso (extracto) n.º 2604/2008

Para os efeitos legais torna-se público que, por meu despacho proferido em 27 de Setembro de 2007, precedido de concurso público de ingresso, aberto por aviso publicado no *Diário da República* 2.ª série em 17 de Dezembro de 2007, foi nomeada a candidata Ilídia Fernanda Pinho e Silva, para ocupar lugar do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, da categoria de viveirista — grupo de pessoal operário qualificado, a que corresponde o escalão 1 índice 142, da Tabela Remuneratória da função pública.

A nomeada deverá tomar posse do lugar, no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República* 2.ª série.

(Isento de Visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da lei 98/97 de 26 de Agosto).

18 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *M. Castro Almeida*.

2611083008

CÂMARA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Aviso n.º 2605/2008

Contratos Administrativos de provimento — Drs. Bruno Miguel Balula Chaves de Sousa Henriques e Paulo Manuel da Silva Amaral

Para os devidos efeitos se torna público que por despacho do Presidente da Câmara proferido no dia 11 do corrente, foi decidido outorgar contratos administrativos de provimento com os Drs. Bruno Miguel

Balula Chaves de Sousa Henriques e Paulo Manuel da Silva Amaral, tendo por finalidade a frequência de estágio para ingresso na carreira de técnico superior — educação física.

A remuneração mensal líquida a auferir pelos interessados é a correspondente ao índice 321 do sistema retributivo da função pública, estabelecida actualmente em 1070,89 €, acrescida das prestações sociais aplicáveis.

O contrato em causa será assinado pelas partes, após publicação do presente aviso no *Diário da República*.

21 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Câmara, *Alexandre Manuel Mendonça Vaz*.

2611083194

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 2606/2008

Mobilidade de pessoal. Nomeação por permuta

Para os efeitos previstos no artigo 34.º, do Dec.-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à Administração Local pelo Dec.-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, precedendo autorização da Presidente da Câmara Municipal de Nisa, por meu despacho, de 07/01/2008, Maria Isabel Tomé, foi nomeada para o lugar vago da categoria de Assistente Administrativo Principal do quadro de pessoal deste Município, em permuta com a Assistente Administrativo Principal, Carla do Amparo Mendes de Figueiredo Grilo, nomeada para idêntico lugar vago no quadro de pessoal do Município de Nisa, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 26.º do Dec.-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2008. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

8 de Janeiro de 2008. — O Vereador, com competência delegada para a gestão dos recursos humanos, protecção civil, bombeiros e habitação, *Eusébio Candeias*.

2611083283

Aviso n.º 2607/2008

Contratos de trabalho a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), se torna público que, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo pelo prazo de um ano, com Marta Sofia Ferreira da Conceição Crespo, para a categoria de engenheiro técnico civil de 2ª classe, com Vasco Raminhos da Silva, para a categoria de técnico superior de geografia de 2ª classe e com Paulo Roberto Antunes Jerónimo, para a categoria de cozeiro, todos com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2008 e termo em 2 de Janeiro de 2009, e com Carlos Alexandre Azevedo Santos, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2008 e termo em 3 de Janeiro de 2009 e Rui Fernando Gonçalves Lopes, com efeitos a partir de 6 de Janeiro de 2008 e termo em 6 de Janeiro de 2009 para a categoria de calceteiro, ao abrigo do disposto nos artigos 2.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, 1.º, 10.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho (regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública) e 139.º e 140.º ambos do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) e 14.º, n.º 3 do Decreto-Lei 427/89, de 7 de Dezembro, no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. Isento de visto do Tribunal de Contas.

10 de Janeiro de 2008. — O Vereador, com competência delegada, *Eusébio Candeias*.

2611083082

Aviso n.º 2608/2008

Aviso n.º 10/2008/DRH

Nomeação em regime de substituição. Pessoal dirigente

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da Presidente da Câmara, de 09 de Janeiro de 2008, fazendo uso de competência própria, foi nomeada, em regime de substituição, pelo período de dois meses, prorrogável caso esteja a decorrer o procedimento